



ISSN 1984-5634

OS LIMITES DO REGIME DE HISTORICIDADE: A SEMÂNTICA DOS TEMPOS HISTÓRICOS COMO CHAVE DE INTERPRETAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DO TEMPO NO RELÓGIO DO JUÍZO FINAL (1991-2020)

The limits of the regimes of historicity: the semantics of historical times as a key to interpreting the experiences of time on the Doomsday Clock (1991-2020)

MARLON FERREIRA DOS REIS¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre os limites das contribuições na análise dos tempos históricos pelo historiador francês François Hartog, especialmente as categorias de presentismo e regimes de historicidade. Para isso, serão recuperadas as formulações de Reinhart Koselleck sobre a semântica dos tempos históricos, incorporando também a proposta de Rodrigo Turin acerca da temporalidade contemporânea e da semântica neoliberal. Como estudo de caso, analisar-se-ão as categorizações dos tempos atuais nas declarações do Relógio do Juízo Final produzido pelo grupo Boletim dos Cientistas Atômicos. Acredita-se que, com isso, será possível identificar a produção de uma experiência que não se enquadra facilmente nas categorias de Hartog.

PALAVRAS-CHAVE: presentismo; semântica dos tempos históricos; Relógio do Juízo Final.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the limitations of contributions to the analysis of historical time by the French historian François Hartog, especially his categories of presentism and regimes of historicity. Therefore, I will revisit the formulations by Reinhart Koselleck under the theme of the semantics of historical times, while also incorporating Rodrigo Turin's proposal on contemporary temporality and neoliberal semantics. As part of a specific case study, I will analyze the categorization of current times based on the statements from the Doomsday Clock produced by the Bulletin of the Atomic Scientists. I believe that this effort will facilitate the identification of the production of an experience of time that cannot be easily classified within Hartog's categories.

KEYWORDS: presentism; semantics of the historical times; doomsday clock.

EDITORA-CHEFE:

Elisa Schneider Venzon

EDITOR-GERENTE:

Leandro Ferreira Souza

SUBMETIDO: 30/11/2021

ACEITO: 25/09/2023

COMO CITAR:

REIS, M. F. dos. Os limites do regime de historicidade: a semântica dos tempos históricos como chave de interpretação da experiência do tempo no Relógio do Juízo Final (1991-2020). *Aedos*, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p. 24-42, jun.-set. 2024.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

¹ Doutorando e Mestre em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica - Rio de Janeiro. Membro do grupo de pesquisa "HISTOR - Núcleo de Estudos de Teoria da História e História da Historiografia", vinculado à UFRJ, e do grupo "Limites do Tempo", vinculado à UFJF. Orcid: 0000-0003-2548-0445. E-mail: marlonteoria@outlook.com. O autor agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo apoio sem o qual este trabalho não seria possível.

O artigo que aqui se encontra almeja refletir sobre as leituras da temporalidade que se baseiam no instrumento heurístico designado pela expressão regimes de historicidade, proposto pelo historiador francês François Hartog (2015)², sendo discutido tanto os limites da categoria de presentismo, empregada para se falar da experiência do tempo contemporânea, quanto as possibilidades do próprio instrumento. Em última instância, longe de esgotar a discussão, o presente trabalho propõe pensar a temporalidade histórica e as experiências do tempo em categorias outras que apresentem maior fecundidade para a compreensão da multiplicidade temporal existente na história. Sendo assim, defende-se uma abordagem da temporalidade, em diálogo com Reinhart Koselleck (2020) e Rodrigo Turin (2019), que se baseie na rede semântica construída pelos agentes históricos ao se referirem às suas experiências. Apesar do texto que aqui se encontra possuir majoritariamente um objetivo teórico, mobilizar-se-á a rede semântica utilizada para significar determinadas experiências contidas nas declarações de alteração do Relógio do Juízo Final [*Doomsday Clock*], produzida pelo grupo Boletim dos Cientistas Atômicos [*Bulletin of the Atomic Scientists*]. Com isso, acredito ser capaz de apreender certa experiência do tempo e consciência histórica explicitada pelos agentes, de modo que seja possível contribuir para os estudos acerca das temporalidades históricas contemporâneas.

Para tanto, este trabalho será dividido em dois momentos: primeiramente, discutir-se-á acerca do presentismo e dos regimes de historicidade de François Hartog e as críticas e contribuições acrescentadas ao debate. Em seguida, o foco recairá no questionamento acerca do solo profícuo da rede semântica utilizada no Relógio do Juízo Final, de modo que fique evidente a correlação entre linguagem e história, produtora de uma multiplicidade temporal.

Vale ressaltar que não é almejado negar a existência de uma exaltação do presente enquanto experiência do tempo, mas simplesmente evidenciar que, dentro do dito “contemporâneo” há uma diversidade de agentes e experiências que não são apreendidas pelo presentismo. Dito de outra forma, não há dúvidas, por exemplo, acerca das políticas de memória francesa e de conservação do presente, mas sim da possibilidade de nomearmos *qualquer* regime de historicidade como dominante sem apagar a multiplicidade temporal.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A CATEGORIA DE PRESENTISMO E DO INSTRUMENTO HEURÍSTICO “REGIMES DE HISTORICIDADE”

No debate acerca da temporalidade, dificilmente podemos evitar o diálogo com a ideia, proposta por François Hartog (2015), de *regimes de historicidade*. O historiador francês propôs um

² Ao longo do processo de revisão e editoração do presente artigo, François Hartog lançou mais um livro, em 2021, *Chronos: L'Occident aux prises avec le Temps*, em que mobiliza a ferramenta heurística de regime de historicidade. Apesar da tentativa do autor de responder a algumas críticas, creio que os argumentos principais contra a ferramenta principal que estão presentes nesse artigo ainda permanecem válidos.

instrumento heurístico que forneceria um aparato “para comparar tipos de histórias diferentes, mas também e mesmo antes [...] para iluminar modos de relação com o tempo: formas da experiência do tempo [...]. Maneiras de ser no tempo” (HARTOG, 2006, p. 263). Hartog também argumentou que viveríamos em um modo presentista de se relacionar com o tempo, em que, resumindo de forma bastante simplista, existiria um agora onipresente e onipotente, impondo-se como único horizonte de ação, que força os grupos sociais a pensar de forma imediatista, considerando uma ascensão memorialística e um fechamento do futuro.

Em diálogo com a antropologia, a ideia de regimes de historicidade visou desnaturalizar os tempos históricos e fornecer uma ferramenta heurística que pudesse tornar o tempo um objeto da historiografia. Inspirando-se em Michel Foucault, com seu *Ordem do Discurso*, e Krzysztof Pomian, com seu *Ordem do tempo*, o historiador francês estabeleceu a noção de que há uma “ordem” da temporalidade, entendida como organização realizada pelos agentes históricos. Nas palavras de Hartog, ainda na introdução de sua obra: “ninguém duvida de que haja uma ordem do tempo, mais precisamente, ordens que variaram de acordo com os lugares e as épocas. Ordens tão imperiosas, em todo caso, que nos submetemos a elas sem nem mesmo perceber [...]” (HARTOG, 2015, p. 17). Logo, tais ordens seriam as categorias temporais passíveis de serem deduzidas da interpretação da temporalidade a partir do instrumento regimes de historicidade.

Nesse sentido, um caráter normativo e de dominação é apontado como característica da temporalidade histórica. Todavia, o autor acertadamente ressaltou que a passagem de um “regime a outro comporta períodos de sobreposição” (HARTOG, 2015, p. 140). Isto é, um contexto passa por transformações drásticas, frequentemente desencadeadas por revoluções e conflitos, resultando em “brechas” que possibilitam o surgimento de novas formas de se relacionar com o tempo histórico. No caso contemporâneo, o presentismo é considerado como um resultado de transformações e questionamentos oriundos da virada do século XX. Houve uma mudança na relação entre os agentes e as dimensões temporais de passado, presente e futuro. Mais especificamente, no que tange ao passado, ocorreu uma “ascensão memorialística” reforçada tanto pelas políticas de Estado quanto por demandas populares. Sobre o futuro, tratou-se de um progressivo fechamento decorrente da derrota do comunismo soviético em 1991, da crise de 2008 e das ameaças climáticas que assolam a humanidade. Em suma, Hartog apresentou uma chave de leitura em que o presente ganha cada vez mais protagonismo em detrimento das outras dimensões temporais. O historiador francês argumentou que há um “novo itinerário” entre experiências do tempo e histórias, desenvolvendo-se em um momento de “crise do tempo”, lemos: “a perspectiva ampliou-se, o presente está mais diretamente presente, mas perdura a maneira de ver e de fazer, de avançar [...]” (HARTOG, 2015, p. 41). Logo, a crise contemporânea se apresentou de tal modo que as perspectivas de ação no mundo se dão na órbita desse presente que se coloca como forma de se experienciar a história.

Muito foi discutido sobre as limitações, problemáticas e implicações das teses de Hartog. O fato é que o historiador francês, como veremos nas linhas subsequentes, inaugurou um vocabulário e um olhar para a temporalidade histórica basilar para diversos autores. A perspectiva de Hartog foi de um brilhantismo e perspicácia singulares, pois possibilitou uma forma de falar sobre o tempo que pudesse minimamente levar em consideração pela historiografia seu caráter construído pela experiência. O objetivo desse tópico é explicitar resultados dos debates que acredito serem frutíferos para os fins desta pesquisa, perpassando por algumas propostas e críticas que enriqueceram o debate sobre o tema.

A primeira (re)leitura que gostaria de ressaltar encontra-se no livro *Rethinking Historical Time*, no qual, ainda na introdução, os historiadores Laurent Oliver e Marek Tamm (2019, p. 2-11), ao discutirem as questões referentes à categoria de presentismo, argumentaram em prol da pertinência das reflexões de Hartog na contemporaneidade. Para Oliver e Tamm, o presentismo é uma dissolução do passado e um fechamento do futuro decorrentes das mudanças fundamentais que ocorreram nas condições humanas – como, por exemplo, a descoberta das mudanças climáticas e a criação do mundo virtual. Os autores argumentaram, também à luz de um diálogo com Hans Ulrich Gumbrecht, que esses acontecimentos alteraram nossa visão do futuro e nos colocaram em um período de *latência* que nega um horizonte de expectativa, deixando-nos com a sensação de um “fim do tempo” [*end-time*]. A consequência dessas transformações irreversíveis no futuro, agora não visto como uma dimensão de ação possível, seria um singular impacto no passado, pois, ao passo que a falência do futurismo teria reduzido o devir a uma continuação imediata do agora, o passado foi drenado de seu significado e inscrito em uma memorialização relativa às demandas presentes.

Nessa linha, um ponto relevante levantado pelo filósofo Chris Lorenz (2019, p. 10) é que o diagnóstico do presentismo de Hartog reflete o fato de que essa categoria, para historiadores, tornou-se sinônimo de uma “crise do tempo”. A característica básica da crise presentista, na visão de François Hartog, seria que o futuro passou a ser percebido, em suas palavras, “como uma ameaça e uma catástrofe em formação. [...] Logo, a crise do tempo presentista é na verdade ‘*le temps de catastrophes*’” (HARTOG, 2015, p. 27). É característico dessas catástrofes presentes terem uma dimensão global e irreversível: mesmo que precauções sejam tomadas na busca por alguma segurança (o que seria a principal relação presentista com o futuro), os desenvolvimentos catastróficos podem apenas ser retardados, não revertidos. Desse modo, também a dimensão climática seria lida como castradora de experimentações do futuro enquanto mudança (positiva).

Outro ponto fundamental é que, ao analisar o vocabulário de Hartog, Lorenz argumentou que a formulação da categoria de presentismo nasceu fundamentalmente ambígua, pois Hartog acabou

apresentando, quiçá sem intenção, duas versões da categoria que não são conciliáveis: a primeira, que Lorenz denominou “presentismo nº 1”, significa nosso “presente”, o período contemporâneo. Esta versão implica em uma periodização que se encaixa numa concepção temporal linear da história, cujo presentismo se insere numa progressividade tradicionalmente moderna. Por sua vez, a segunda versão, “presentismo nº 2”, concebe a categoria como um tipo ideal analítico do que Hartog chamou de “ordem do tempo” ou “regime de historicidade”. Essa versão é caracterizada por uma visão particular da relação entre passado, presente e futuro, na qual uma delas é dominante. “Ordem do tempo” e “regime de historicidade” são os instrumentos que supostamente pluralizam a noção de tempo ao esclarecer a relação entre as categorias temporais em diferentes períodos e culturas – logo, o presentismo nº 2 seria a verdadeira ferramenta heurística (LORENZ, 2019, p. 23-24). O problema aqui é o presentismo nº 2 ser confundido com o nº 1, o que geraria aproximações que elevariam, mesmo sem intenção, a categoria para uma dimensão ontológica. Isso engessaria a pluralidade das experiências do tempo e inseriria as consciências históricas em uma linearidade cronológica.

Houve um próprio esforço dos que se debruçaram sobre o argumento presentista de produzir categorias diversas para explicar o presente em que pudessem dar conta das diferentes experiências e concepções da história no mundo contemporâneo. Nessa linha, em outro trabalho de Lorenz, desta vez escrito junto a Berber Bevernage, em seu livro *Breaking Up Time* (2013), discutiu-se as dimensões temporais da contemporaneidade, argumentando que, tendo como base o tempo cronológico e a duração, dois tipos de presentes podem ser distinguidos: (a) o “presente instantâneo” e (b) o “presente estendido”. Ambos são aqui entendidos como dimensões da historicidade e estão em diálogo com o passado e o futuro. O primeiro se define no menor instante possível que divide o passado e o futuro; o segundo, por sua vez, indica um período mais extenso de tempo (dia, ano, século...) em que seus limites são arbitrariamente escolhidos, mas dão ao presente uma espécie de “corpo” ou profundidade temporal.

Uma das noções substantivas derivadas desse segundo presente é a de “desdobramento presente”: enquanto um evento ou processo escolhido se desdobra, demarca-se o que se entende por presente (negociações, depressões, crises, guerras...). Logo, quando ocorre o “desenlace” do processo, cria-se “o passado”. Entretanto, todo processo “completo” contém “subprocessos” que não estão acabados, tornando difícil excluir qualquer “passado real” de se relacionar com um presente em desenvolvimento. Somado ao desdobramento presente, há também o “presente neotérico”, no qual é possível distinguir coisas que acontecem no presente, mas podem ser experienciadas como “antigas”, “convencionais” ou “tradicionais” – uma rica adição para o entendimento das *durações* eventuais na história.

Em um primeiro momento, a periodização da história parece depender do presente estendido, mas é principalmente baseada na dialética do presente neotérico, visto que os presentes podem ser penetrados por passados não-correlativos que permanecem vivos. Em suma, passados referentes a presentes específicos estabelecem relações com outros presentes que estão se desenrolando. Dito de outro modo, é como pensar que dois processos históricos com durações diferentes se sobrepõem e terminam, no interior um do outro, em momentos diferentes. Portanto, para Bevernage e Lorenz, o passado não é cronologicamente presente, mas inevitavelmente muito dele o é substantivamente. O principal objetivo dos autores, portanto, seria complexificar a visão de presente contida na obra de Hartog, dinamizando a própria interpretação de presentismo, ao adicionar camadas e retomar a importância do passado para a experiência temporal (BEVERNAGE; LORENZ, 2013, p. 20-29).

Uma outra contribuição importante seria considerarmos a aproximação do presente com a noção de Antropoceno. Nessa chave ocorre uma reconceitualização do presente enquanto sinônimo de uma “sexta extinção em massa” – o que abre brechas para a emergência de uma escala de tempo vertiginosamente maior do que a considerada pela historiografia até então. Além disso, em termos puramente cronológicos, se a humanidade pode ser concebida como *sexta* extinção, significa também dizer que existiram cinco outras que entram em conjunção com a história humana. Helge Jordheim (2019, p. 43), ao refletir sobre a relação entre cronologia e história no debate sobre o tempo presente, defendeu que o desafio mais radical para a historiografia atual advém justamente da acomodação dessa cronologia, mais especificamente da nossa tentativa de estabelecer durações, ritmos, velocidades e períodos em harmonia com o Tempo Profundo do planeta.

Seja para Jordheim ou para Lorenz e Tamm, o que está em xeque é a posição do presente, do passado e do futuro traduzidos em categorias que fornecem sentido à experiência histórica. Na tentativa de acomodação das dimensões temporais frente aos novos questionamentos atuais, o presente é, por um lado, alargado pela experiência cotidiana, e por outro, é enxergado como efêmero quando colocado como parte da história do universo. Considerando tal fato, tanto a experiência quanto a consciência do tempo se colocam em uma intrigante relação, cujas dimensões temporais parecem estar em constante reorganização.

As contribuições supracitadas visam romper com a noção de uma “ordem do tempo” monolítica e estável que poderia ser interpretada no material original, tornando a leitura do tempo histórico demasiadamente mais complexa do que a proposta por Hartog. Todavia, nenhuma delas visa romper o vínculo com a dimensão presentista do tempo contemporâneo. O que parece não caber na ideia de presentismo é que a estruturação da consciência histórica enquanto produto da experiência do tempo nos permite produzir temporalidades contemporâneas que não estejam apenas centradas no agora, mas frequentemente no passado ou no futuro, seja através de ideias de

ancestralidades seja na empatia para com gerações futuras vítimas das catástrofes climáticas. A questão é que pensar o tempo em categorias e pensar em “regimes” já pressupõe a ideia de dominação de uma temporalidade sobre a outra, sem levar em conta a dimensão conflituosa, instável e contraditória das perspectivas temporais dos agentes históricos. Nas palavras do próprio Hartog (2015, p. 139):

Aliás, um regime de historicidade nunca foi uma entidade metafísica, caída do céu e de alcance universal. É apenas a expressão de uma ordem dominante do tempo. Tramado por diferentes regimes de temporalidade, ele é, concluindo, uma maneira de traduzir e de ordenar experiências do tempo – modos de articular passado, presente e futuro – de dar-lhes sentido.

Como afirmou Rodrigo Turin (2016, p. 593-597), ao discutir as formulações presentistas, a linguagem do texto de Hartog demonstrou que este não visou definir pressupostos ontológicos, todavia, qualquer busca por categorias que condensem a temporalidade implica em uma limitação interpretativa do tempo. Os debates historiográficos clamam, nesse sentido, por uma dupla pluralização: das experiências do tempo e das possibilidades de pensar a temporalidade. O problema, portanto, é que o presentismo, enquanto diagnóstico, por ser uma *ordem dominante do tempo*, impõe-se como única e/ou hegemônica.

Obviamente, os diagnósticos presentistas possuem um escopo amplo para lidar com a questão do tempo histórico. As perspectivas mais expressivas do presentismo concordam acerca de um passado que não vai embora. Entretanto, a maioria das análises são de ordem cultural e política, revelando apenas uma perspectiva da questão. Para Hartog, a mudança no regime de historicidade não fez o futuro desaparecer, apenas parecer opaco e ameaçador. O historiador Zoltán Simon, ao defender a presença da dimensão temporal do futuro como central para compreender a história e a contemporaneidade, acusou de forma bastante incisiva a falta de engajamento com as perspectivas futuras por parte dos autores presentistas. Lemos:

Embora os diagnósticos [de Assmann, Hartog e Gumbrecht] até mesmo observem que o catastrofismo das visões de futuro do pós-guerra tem a ver com as recentes perspectivas ecológicas e tecnológicas, sua discussão se limita a menções ocasionais à biotecnologia e ao aquecimento global. Eles estão interessados no futuro na medida em que ele aparece ameaçador, mas não examinam a questão do porquê e como o futuro parece catastrófico e qual a novidade nisso (SIMON, 2019, p. 73).

Ao discutir respostas às ameaças antropogênicas sem explorar as ameaças em si, diagnósticos culturais permanecem desatentos a diversos elementos críticos – como à vinculação entre a prolongação da existência humana e a manutenção dos condicionantes ambientais. Os prognósticos em si mesmos são prospectos de mudanças, e estas, no âmbito ecológico e tecnológico, são completamente distintas das elaboradas no regime moderno de historicidade ou no presentismo. O que Simon apontou é que as sociedades ocidentais não são *exclusivamente* presentistas acerca de suas expectativas do futuro, muito pelo contrário, as expectativas envolvem mudanças e

transformações inimagináveis acerca da condição humana – para melhor ou para pior (SIMON, 2019, p. 73-74). Torna-se necessário, tendo em vista as demandas das mudanças climáticas, dialogar de forma mais profunda com outros paradigmas. O que está colocado é que futuros possíveis possuem especificidades e nuances relevantes para serem compreendidos sem serem eclipsados por uma exaltação do presente. Mesmo que o futuro enquanto dimensão temporal seja compartilhado, os horizontes de expectativa não o são.

Tal discussão leva ao nosso segundo tópico, no qual defendo que, se analisarmos semanticamente as alterações do Relógio do Juízo Final, o futuro aparece como organizador principal da experiência presente. O conceito de catástrofe, vinculado a outros termos como crise, infortúnio e apocalipse, domina o imaginário dos agentes políticos ao mesmo tempo que orbita a experiência capturada pela condição presente.

A SEMÂNTICA DO TEMPO CATASTRÓFICO NO RELÓGIO DO JUÍZO FINAL

O Relógio do Juízo Final [*Doomsday Clock*] é um símbolo representativo da possibilidade de uma catástrofe global acarretada pela humanidade ocorrer. O dispositivo metafórico existe desde 1947, tendo sido criado pelos membros do Boletim dos Cientistas Atômicos [*Bulletin of the Atomic Scientists*] em resposta aos usos da tecnologia nuclear durante a Guerra Fria. A imagem é o quarto final de um relógio comum, em que a meia-noite representa o apocalipse. Nesse sentido, quanto mais próximo os ponteiros estão de 0h, maior é a *tendência futura* da humanidade para a aniquilação mundial. A primeira posição do Relógio foi estabelecida em 7min para 0h, no ano de 1947, e, até o ano de 2021, ocorreram 27 alterações dos ponteiros, até então situados em 100s para a 0h (BULLETIN..., 2021).

O Boletim dos Cientistas Atômicos é uma instituição sem fins lucrativos criada em forma de revista no ano de 1947 por pesquisadores, em sua maioria químicos do *Complexo Metalúrgico de Chicago*, do *Projeto Manhattan*. Em suma, cientistas que estiveram diretamente ligados à confecção das bombas atômicas produzidas pelos Estados Unidos da América durante a Segunda Guerra Mundial. A missão original da revista era mobilizar a opinião pública a fim de influenciar as políticas nacionais e internacionais, assim como demonstrar o que a bomba atômica significava em termos de ameaça para a humanidade.

Vale ressaltar que o Relógio do Juízo Final não marca o tempo presente, mas a tendência futura da humanidade, levando em consideração o que foi feito politicamente desde a última alteração. Em cada declaração, seleciona-se uma série de acontecimentos e tensões que marcaram o período que se passou para que assim possa se colocar o ponteiro do Relógio em posição que reflita a expectativa futura do Boletim. Se voltarmos a janeiro de 1969, o bioquímico e fundador do Boletim, Eugene Rabinowitch, na declaração de alteração do ponteiro do Relógio de 7 para 10 minutos de 0h, escreveu

o objetivo do dispositivo: “Não é a intenção [do Relógio do Juízo Final] refletir a situação internacional momentânea, mas a *tendência* da sociedade humana em direção ou em oposição a uma *catástrofe* nuclear” (RABINOWITCH, 1969, documento *online*. Grifos nossos.)³.

A palavra “tendência” não deve ser menosprezada, pois expressa que não é tanto o presente que está em discussão, mas o futuro e a necessidade de se tomar decisões que alterem sua direção. Para além disso, no trecho exposto de Rabinowitch, vemos que a palavra “tendência” e “catástrofe” estão em consonância no sentido de expressarem o futuro enquanto fim do mundo de ordem antrópica.

Toda vez que o ponteiro do Relógio é movido, o Boletim emite uma declaração [*Statement*] justificando as razões da alteração para mais próximo ou mais distante de 0h. Durante quase todo o século XX, as justificativas levaram em conta a ameaça nuclear pelas superpotências e o cenário das relações internacionais desgastadas na Guerra Fria. Entretanto, mais intensamente na virada do milênio, a pauta das mudanças climáticas entrou nas preocupações do Boletim, tornando-se a razão central das alterações do ponteiro. De maneira geral, o Relógio do Juízo Final se tornou um símbolo de vigilância em relação às ameaças existenciais da humanidade. O então Primeiro-Ministro britânico Boris Johnson, na cúpula da 26ª *Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas*, em novembro de 2021, abriu sua fala dizendo: “a humanidade há muito tempo abusou do relógio nas mudanças climáticas [...]. Falta um minuto para a meia-noite naquele Relógio do Juízo Final e nós precisamos agir agora”. Mesmo que Johnson tenha se equivocado na minutagem correta (o Relógio marcava 100 segundos para 0h), ainda é relevante o fato de um dos líderes mais expressivos do mundo referenciar a instituição (*apud* YUE, 2021).

De fato, através do símbolo erguido pelo Relógio, os cientistas combinaram seu capital social e intelectual, reivindicando para si o papel de vozes da razão e da objetividade, a fim de tentar influenciar a política em prol de alterar o futuro. De acordo com o cientista político Juha Vuori (2010, p. 264), que dissertou sobre o Boletim, “enquanto a ciência lida com conceitos, o símbolo do Relógio se relaciona com emoções; enquanto os argumentos textuais dos cientistas tentam despertar a razão de sua audiência, o símbolo do Relógio tenta alcançar suas sensibilidades básicas”. Assim sendo, a vantagem de pensar a temporalidade de um relógio e seus ponteiros é que neles o tempo pode ser revertido, possibilitando a performance também de um símbolo de esperança, retrocedendo ocasionalmente a tendência mundial em direção ao fim do mundo. É um futuro que não se apresenta como estável, mas volátil, porque pode ser escrito e reescrito tendo em vista os horizontes de expectativas que se estabelecem a partir das experiências dos membros. O Boletim é consciente de sua responsabilidade e poder simbólico de apontar um tempo sincronizador da vida humana e da história. Rabinowitch (1953, p. 240) escreveu, nessa linha, que o processo iniciado com a criação da

³ Todas as traduções estão sob minha responsabilidade.

bomba atômica “impõe aos cientistas uma nova preocupação com os assuntos mundiais; e, cedo ou tarde, os cientistas terão de enfrentar essa responsabilidade”.

É crucial notar também que, do mesmo modo, a descrição do Relógio do Juízo Final em cada volume da revista “se transformou de um ‘símbolo da ameaça nuclear pairando sobre a humanidade’ para o ‘símbolo da guerra nuclear’ e eventualmente para ‘o símbolo da ameaça de uma *catástrofe* global” (VUORI, 2010, p. 269). Há uma transformação significativa de termos que implica em uma metamorfose do modo pelo qual se conceitualiza as ameaças que representam o apocalipse. Nessa linha, reside o movimento que nos interessa.

Do ponto de vista teórico, as discussões acerca das mutações climáticas e do armamento nuclear implicam em consciências históricas distintas, posições que refletem determinadas noções de tempo (e espaço) que não devem ser tomadas como secundárias. Nesse sentido, baseio-me nas proposições de Rodrigo Turin (2019), em seu ensaio *Tempos Precários: aceleração, historicidade e semântica neoliberal*, no qual o autor defendeu a complexidade em definir o que é ser contemporâneo, vide a multiplicidade de experiências do tempo na realidade social. Aos olhos de Turin, pensar o tempo atual é considerar a “não contemporaneidade do contemporâneo”, ou seja, assumir que o tempo perdeu sua homogeneidade, produzindo uma *dessincronização estrutural* entre as esferas sociais. Turin argumentou que uma saída possível dessa problemática do contemporâneo é a ideia de *cotemporalidade*, isto é, uma “concordância de tempos múltiplos” essencialmente marcada por uma “multiplicidade não resolvida” (TURIN, 2019, p. 14). Essa cotemporalidade seria o efeito da democratização dos discursos e da descentralização das ideias, assumindo que o tempo não possui centro e não pode ser apreendido como totalidade. Logo, não pode ser reduzido a uma “ordem do tempo” dominante, como o presentismo. Por conseguinte, um modo de organizar minimamente a dimensão disjuntiva e assimétrica das temporalidades é interrogar-se sobre os “mecanismos de sincronização dos tempos”. Nesse caso, a dimensão climática, e eu acrescento a atômica, é, sem dúvida, um elemento que nos força a habitar “um mesmo tempo”: “diante do tempo catastrófico da natureza, todos nos tornamos contemporâneos” (*Idem*).

A ameaça nuclear e a mutação climática representaram atualizações da experiência propiciada pelas ações humanas potencializadas pela técnica. Renovam-se nossas definições do que pode ser considerado catastrófico em seus efeitos e consequências. Como colocou Turin (2019, p. 17), ao falar sobre a precariedade de nosso tempo e dos mecanismos de sincronização contemporâneos, “no horizonte dessa ‘história universal negativa’, reatualizamos uma sincronização escatológica na forma de distopia climática”. Em outras palavras, a ideia de uma catástrofe global que se anuncia para o futuro existe discursivamente como um mecanismo que nos força a pensar em uma temporalidade compartilhada.

Seguindo os passos de Turin, podemos entender os modos pelos quais esses mecanismos sincronizadores são *enunciados*. Desse modo, torna-se necessário compreender a semântica histórica-conceitual da crise climática-nuclear a fim de dar sentido ao processo de sincronização decorrente dela. Turin aponta três observações para esse tipo de análise: (1) é preciso se atentar que os conceitos utilizados não necessariamente são novos, mas vêm ganhando novos significados; (2) esses conceitos não podem ser compreendidos individualmente, mas devem ser compreendidos nas relações que estabelecem entre si na rede semântica que os define e que possibilita seus efeitos; (3) por último, para possibilitar uma investigação mínima, é preciso pensar esses conceitos dentro de uma forma específica de linguagem, deixando de lado outras que possam emergir (TURIN, 2019).

Na ausência de um vocabulário conceitual e epistemológico “próprio” que abarcasse essa experiência singular contemporânea, acredito que o Boletim dos Cientistas Atômicos (mas não apenas ele) parece ter (re)construído uma rede semântica para lidar com esse momento de transformações profundas. Essa rede conceitual aparenta usar conceitos que apelam para a incerteza futura e para o não-representável, indicando uma experiência do tempo que protagoniza o futuro, imaginado enquanto fim do mundo. Ao mesmo tempo, discursivamente, o Boletim mobiliza o futuro performativamente de modo que ele e seus agentes são utilizados como participantes do debate político.

Desse modo, a temporalidade histórica pode ser apreendida, como já propunha Koselleck (2020), através da experiência conceitual. Entretanto, não somente de “conceitos históricos”, mas a partir do estabelecimento dessa semântica histórica reveladora de experiências do tempo. Conceitos como os de “catástrofe” e “crise”, a partir da perspectiva de Koselleck, explicitam que as mudanças semânticas possuem uma velocidade mais lenta do que os eventos. Em alguns cenários pode-se antecipar o que vai acontecer, e tais antecipações reduzem a novidade do evento, entretanto, em outros, a representação é suspensa em detrimento de uma incerteza crônica. Nesses momentos, conceitos como o de “crise” ou “catástrofe” surgem como indicadores de uma contração dramática do tempo e de uma impossibilidade de se prever os resultados – o que não significa, de forma alguma, o fim do futuro, apenas sua complexificação.

O número de palavras, a sintaxe e a semântica são essencialmente limitadas, por isso a linguagem possui estabilidade maior do que outras estruturas. Uma língua não só armazena experiências que subsistem ao caso individual, mas também limita essas experiências, visto que só é possível se expressar de determinadas maneiras, mesmo que os eventos sobre os quais se fala sejam inéditos. Discutindo sobre as mudanças linguísticas e os eventos históricos, Koselleck argumentou que os conceitos concretos dependem de conteúdos de experiência histórica que foram incorporados a eles. Ou seja, a durabilidade maior da linguagem revela estruturas de profundidade temporal diferentemente escalonadas, revelando uma “força propulsora diacrônica” com diferentes

origens temporais. Logo, os conceitos “apresentam uma estrutura temporal interna que é diferente dos eventos que ou ajudam a provocar ou devem apreender” (KOSSELLECK, 2020, p. 51). Desse modo, o tempo histórico advém dessa estruturação linguístico-conceitual que é mobilizada em prol de categorizar o tempo histórico. Portanto, a temporalidade, tendo em vista que não existe enquanto entidade metafísica, para ser analisada precisa ter algum vestígio do qual pode ser derivada sua organização. No caso que aqui nos interessa, estamos tomando a rede semântica do Relógio do Juízo Final como fruto de uma experiência do tempo reproduzida linguisticamente.

A metáfora de um Relógio do Juízo Final é demasiadamente interessante, pois quanto mais próximo de 0h, mais rápidas tem de ser as ações políticas para reverter a catástrofe e menores serão os intervalos de alteração do ponteiro. Essa aceleração da perspectiva da catástrofe em simultaneidade com a urgência dos acontecimentos é claramente notada se analisarmos as declarações do Relógio. Concentrando-nos no mesmo período em que Hartog identifica a ascensão do presentismo, de 1991 até os dias atuais, percebemos que das vinte e sete alterações totais do Relógio do Juízo Final, treze ocorreram de 1991 a 2021. Destas, apenas duas afastaram o ponteiro do Relógio de 0h (de 1991, que marcava o fim da Guerra Fria, e de 2010, com as negociações entre Washington e Moscou em relação ao abandono das armas nucleares).

Koselleck defendeu que a investigação da aceleração temporal na modernidade possui a característica de ter o ponto fixo da abreviação ou retardação do tempo fora do próprio tempo⁴. Em suma, uma abreviação singular que se encontra na própria marcha histórica; uma abreviação essencialmente infinita. Por sua vez, a aceleração que notamos no Relógio é uma aceleração *finita*, com o apocalipse simbolizado por 0h.

Na alteração do Relógio do Juízo Final datada de 2007, em que o ponteiro foi movido de 7 para 5 minutos de 0h, apesar de apontar para uma segunda era nuclear, o texto indicou o fato do Boletim ter concluído que outros perigos tão grandes quanto as armas nucleares existiam na contemporaneidade e o principal deles era a crise ambiental. A questão atômica se tornava um problema ao passo que aparecia como alternativa aos combustíveis fósseis⁵. Nesse sentido, o *Conselho de Ciência e Segurança* do Boletim, responsável pela marcação do Relógio no século XXI, indicou os dados fornecidos pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), afirmando que o aquecimento dos últimos 50 anos é derivado da atividade humana. O aquecimento do planeta já estava trazendo alterações na flora, fauna e na situação sanitária em diversas partes

⁴ Para Koselleck (2014, p. 139-164), aceleração é uma categoria histórica que nos auxilia a pensar as experiências de abreviação do tempo, sobretudo no período Moderno, cuja desnaturalização temporal ganhou força por consequência do avanço tecnocientífico.

⁵ Apesar de a energia nuclear ser uma alternativa limpa para os combustíveis fósseis, o complexo de uma usina nuclear, assim como seus resíduos podem facilmente ser convertidos em um complexo industrial militar com o objetivo de produzir armas nucleares. Portanto, há um risco político de se incentivar algumas nações a aderir a energia nuclear.

do mundo. Lê-se: “pelas mudanças climáticas serem um problema global, será requerida uma ação global” (BULLETIN... 2007, p. 5). A partir do momento em que as mudanças climáticas adentraram diretamente no Relógio do Juízo Final, não saíram mais. Elas tornaram-se o maior alerta e o maior desafio humano da contemporaneidade. Lemos, ainda na declaração de 2007:

Como nas deliberações passadas, examinamos outras *ameaças* à civilização feitas pelo homem. Nós concluímos que os perigos sustentados pelas mudanças climáticas são tão *terríveis* quanto os apresentados pelas armas nucleares. Os efeitos podem ser menos dramáticos no curto prazo do que a destruição que pode ser trazida pelas explosões nucleares, mas ao longo das próximas três ou quatro décadas, as mudanças climáticas podem causar danos drásticos aos *habitats* dos quais as sociedades humanas dependem para sua sobrevivência (BULLETIN, 2007, p. 1).

Dez anos depois, em 2017, o Relógio seria movido em menos de um minuto completo, de 3 minutos para 2 minutos e 30 segundos para 0h, algo que não havia acontecido antes, e explicitou um cenário cuja proximidade do fim do mundo é tamanha que foi preciso considerar cada segundo como crucial. A declaração termina com a citação: “a probabilidade de uma catástrofe global é muito alta, e as ações necessárias para reduzir os riscos do desastre devem ser tomadas rapidamente” (BULLETIN..., 2017, p. 9).

Logo, a aceleração já é sentida no próprio movimento dos ponteiros que tem de ser cada vez mais minuciosos para expressar a peculiaridade temporal e a velocidade com que nos aproximamos da catástrofe. Quanto mais próximo de 0h, menores são os intervalos que podem ser reduzidos. Torna-se necessário uma distensão dos ponteiros para que seja possível representar a aceleração das mudanças climáticas e a velocidade com que o mundo se aproxima de seu fim.

Em 2012, quando o Relógio foi movido para 5 minutos de 0h pelo Conselho de Ciência e Segurança, os autores iniciaram o texto dizendo que, dois anos atrás, os líderes mundiais pareciam enfrentar as ameaças globais que encontramos. Essa tendência em muitos casos não continuou, por isso o Boletim aproximou o relógio de um minuto para 0h, de volta à marcação de 2007. O texto foi dividido em três tópicos que revelam as razões de tal alteração. O primeiro dissertou acerca do desarmamento nuclear: na ocasião, o Conselho afirmou que, apesar da promessa de um novo espírito internacional de cooperação e redução de tensões entre EUA e Rússia, isso não era suficiente garantia de um caminho para um mundo seguro, visto que as lideranças mundiais estavam fracassando em resolver os conflitos de forma adequada. No terceiro tópico abordado na declaração, temos a questão das mudanças climáticas: o texto começa com a frase: “de fato, a comunidade global pode estar perto de um ponto sem retorno para os esforços a fim de prevenir a *catástrofe* das mudanças na atmosfera da Terra” (BULLETIN..., 2012, p. 2). Portanto, de forma cada vez mais frequente e intensa, a presença do clima do planeta Terra afeta os ponteiros do Relógio. Há um eclipse da problemática nuclear em razão do aquecimento médio global, que revela sua urgência ao passo que ocupa o horizonte.

Ao fim da declaração, lemos: “seja enfrentando os desafios da energia nuclear, mitigando o sofrimento do aquecimento global causado pelo homem ou prevenindo um conflito nuclear *catastrófico* em um mundo volátil, o poder das pessoas é essencial” (BULLETIN..., 2012, p. 3). Do mesmo modo, a declaração clama para que os cientistas do mundo tomem posição na política e integrem o movimento de engajamento dos cidadãos no que diz respeito à cobrança de suas lideranças políticas.

Em debate similar, de acordo com o filósofo Jean-Pierre Dupuy (2011), preocupado com a confecção de uma ética que lide com as ameaças existenciais contemporâneas, a dificuldade para compreender as catástrofes que ameaçam a humanidade é de ordem conceitual. Os meios técnicos de destruição mudaram, mas não as formas de pensar. Por conseguinte, Dupuy observou que a “heurística do medo”⁶, proposta pelo filósofo Hans Jonas (2006) como posição performática perante a catástrofe global, tem a função de criar um medo *simulado*, revelador da destruição que nos é incompreensível. Dessa maneira, o “fim do mundo” deve ser performativamente anunciado para que não se torne realidade, ou seja, para que não seja atualizado em um efetivo evento sem precedentes. Parafraseando o que fora colocado na alteração do Relógio do Juízo Final, ainda em 1953: a função do cientista seria causar medo, entretanto, não é preciso exagerar, os próprios fatos e prognósticos já seriam o suficiente para causar temor (RABINOWITCH, 1953, documento *online*). O anúncio de uma catástrofe global se torna uma posição política para evitar a consolidação efetiva desse fim do mundo. Não apenas isso, as perguntas que surgem da catástrofe, para Dupuy, são do futuro no tempo, isto é, o imperativo ético mobilizador público advém do sofrimento das gerações futuras. Desse modo, o conceito de catástrofe aparece como peça central para sinalizar esse lapso de representação decorrente dos eventos trágicos. Catástrofe ganha uma dimensão temporal na medida em que a experiência que o conceito abarca é legada aos acontecimentos passados, presentes e, sobretudo, futuros.

Contudo, o equívoco de certas performances reside na postura adotada diante da ameaça. O princípio da “precaução”, assim como o de “conservação” que, aos olhos de Hartog, dialogam com o presentismo⁷, assume que o problema da ameaça está resolvido se não agirmos mais em direção à catástrofe. Dito de outro modo, o princípio da precaução ‘pretende se limitar aos “riscos potencialmente graves, mas não apocalípticos”’ (DUPUY, 2011, p. 63). Isso já não é possível, pois cada vez mais a experiência dos eventos trágicos é atualizada e torna inevitável o reconhecimento

⁶ Heurística do Medo é o pressuposto da existência de um perigo exterior à ética que produz um sentimento que altera e mobiliza o sentido ético. Ou seja, a resposta ética para a ameaça que se coloca por consequência da técnica teria como resposta uma posição de temor para evitar que a ameaça ocorra (JONAS, 2006).

⁷ Apesar de Hartog (2015, p. 251-254) reconhecer que o princípio da responsabilidade e o da precaução apontarem para o futuro, o historiador francês acaba por (super)interpretar essa posição como um investimento do futuro no presente. Ou seja, que o presente aglutina o futuro.

de catástrofes absolutas oriundas das mudanças climáticas. Nas projeções realizadas pelo Boletim, o porvir pode ser infinitamente pior, trazendo um sofrimento que nos é inconcebível e que não repousa no nosso atual cálculo de perspectivas.

Em 2020, a historiadora e internacionalista Rachel Bronson, *CEO* do Boletim, escreveu no prefácio da declaração: “nesse ano, o Conselho de Ciência e Segurança moveu o tempo de 2 minutos para 100 segundos para a meia-noite, uma decisão tomada com total reconhecimento de sua natureza histórica. [...] [Agora] cada segundo conta” (BRONSON, 2020, p. 2-3). A “natureza histórica” da decisão aponta para a existência de um governo estadunidense negacionista, representado então por Donald Trump, uma mutação climática e um perigo nuclear que se intensificava. Durante o governo Trump, o Relógio foi alterado cinco vezes em decorrência sobretudo dos ataques à ciência, da rede de *fake news* propagadas sistematicamente pelo ex-presidente, das saídas dos acordos climáticos e ameaças nucleares realizadas pela Casa Branca.

O problema da ameaça que Trump negligenciava é que nós não podemos prever exatamente como ela se desenrolará. O embate do Boletim com a figura do então presidente dos Estados Unidos revelou a dimensão da cotemporalidade da qual falou Turin, pois a concepção de tempo e história contida no Relógio do Juízo Final está em disputa com a própria concepção de tempo e história defendida por Trump. Desse modo, seria empobrecedor afirmar que o Boletim e Trump experienciam o tempo da mesma maneira, pois não podem ser aglutinados na mesma categoria.

No caso do Relógio do Juízo Final, o fim do mundo é conceituado como uma catástrofe, mas não é possível dizer o que e como esses eventos acontecerão. A expressão aquecimento *médio* global vem justamente inserir a incerteza nas mudanças climáticas, pois mesmo que o aquecimento do planeta se dê como fato, os modelos preveem que teremos também períodos de extremo frio em algumas localidades. A *crise* climática não se traduz em simples tempestades, tsunamis, chuvas ácidas, secas, mas em uma roleta dessas catástrofes em escalas *sem precedentes* que não podem ser descritas no presente.

Apesar de uma continuidade entre o impacto antrópico presente e o aquecimento global, não há uma causalidade clara entre as ações atuais e as tragédias potenciais futuras. O tempo é conceitualizado como “catástrofe” (como sinônimo de apocalipse) a fim de representar uma experiência marcada pela incerteza, pelo trágico e por uma virada no que diz respeito às condições de habitabilidade do mundo. Todavia, o presente não se *alarga* para o futuro, em um imobilismo, mas a própria dimensão futura é mobilizada como guia para o agora.

Na declaração de alteração do Relógio de 2018, sob o título “Dois minutos para a meia-noite”, o Conselho de Ciência e Segurança indicou que o ano de 2017 se mostrou mais do que ameaçador em relação às ameaças nuclear e climática. Mesmo que os perigos pareçam menos imediatos, evitar o aumento *catastrófico* da temperatura global requeria ações urgentes, pois, como expressam os

autores, vivemos em um “tempo perigoso”, um perigo criado por nós, no qual, se “a humanidade inventou os implementos do *apocalipse*; pode do mesmo modo inventar os métodos para controlá-los e, eventualmente, eliminá-los” (BULLETIN..., 2018, p. 5).

Do mesmo modo, em 2020, com a alteração histórica dos ponteiros citada anteriormente, a declaração de Bronson iniciou o texto apontando que o ano de 2020 marca diversos aniversários: os 50 anos do Dia da Terra, 50 anos do Tratado de Não-Proliferação nuclear e os 75 anos dos atentados a Hiroshima e Nagasaki. Nos últimos 75 anos desde fundação do Boletim, a instituição testemunhou os riscos de uma guerra nuclear aumentarem e diminuir, ao mesmo tempo em que nos últimos 50 anos, observaram um crescente consenso de que os humanos estão perigosamente alterando seu ambiente. Nesse sentido, a autora elucidou que:

o Conselho de Ciência e Segurança do Boletim se reuniu em Chicago em novembro de 2019 em um forte reconhecimento de que vivemos em tempos difíceis, com o *risco* de acidente nuclear aparentemente crescendo a cada dia, à medida que o tempo disponível para conter a *crise* climática de forma responsável diminui com a mesma rapidez. Por essas razões, e outras explicitadas nas páginas que se seguem, o tempo no Relógio do Juízo Final continua a marcar cada vez mais perto da meia-noite (BRONSON, 2020, p. 2).

O prognóstico dessa 0h almeja evitar sua atualização ao passo que é anunciado. Do ponto de vista conceitual, devemos novamente nos atentar para rede semântica. O termo *apocalipse* indica o fim do mundo futuro, ao passo que também dialoga com palavras como *perigo*, *risco*, *crise* e *catástrofe* de modo que as dimensões de passado, presente e futuro se organizam ao redor dessa perspectiva da *tendência futura*. A carga conceitual desses termos constrói um agregado de significados e mobilizam (1) uma crise e (2) mudanças singulares na experiência temporal. O tempo é experimentado como uma mudança catastrófica que se atualiza com a marcha histórica. Por um lado, o futuro não é descrito em tom otimista, como na modernidade, mas também a perspectiva de mudança impede a experimentação enquanto presentista. É a experiência de mudança carregada de uma incerteza negativa do futuro.

Portanto, o tópico aqui desenvolvido demonstra a presença do futuro nas declarações no Relógio do Juízo Final no mesmo período analisado por François Hartog. Nas discussões acerca das catástrofes que ameaçam a existência humana, o porvir é trazido para o presente ativamente, não apenas enquanto antecipação, mas enquanto performance que visa a existência desse futuro. Quanto mais próximo da 0h, maior a incerteza a respeito de estarmos ou não já no fim dos tempos. Todavia, devemos nos atentar que a *incerteza* do futuro é diferente da *inexistência* do futuro enquanto dimensão da experiência humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que me salta aos olhos é que parece ser comum entre historiadores relacionar imediatamente qualquer perspectiva histórica do futuro com a visão progressista/historicista da

modernidade. Muitas das vezes, quando a historiografia diagnostica o "fim da crença no progresso", tal ideia acaba sendo simultaneamente associada ao "fim do futuro" em si enquanto dimensão temporal e orientadora da vida humana. Ao realizarmos tal associação, tornamos inférteis as possibilidades de se enxergar experiências do tempo e consciências históricas que se relacionem com o futuro de outras maneiras que não na forma da utopia progressista/futurista. A ideia de uma associação do futuro com o progresso é fundamentalmente moderna e a perpetuação desta associação nos torna menos sensíveis às singularidades dos agentes históricos que produzem experiências singulares. Acreditar que nenhum grupo possua uma experiência do tempo e/ou consciência histórica em que o futuro possui papel central é deixar que apenas os modernos monopolizem a própria ideia do futuro como parte constituinte da história.

A questão que se coloca é que, na história, as dimensões temporais não são seladas, mas "contaminadas" umas pelas outras. Possivelmente de modo mais intenso, a consciência histórica preponderante não está imune à uma contaminação por outras dimensões temporais. Ora, o presentismo não se coloca no futuro e sua ascensão memorialística também não pode ser pensada com relação ao futuro, apenas em sua serventia ao presente. Por definição, a categoria parece excluir a possibilidade de se projetar para além do presente.

O que está em jogo é a atenção que precisamos dar à multiplicidade dos tempos históricos. Nesse sentido, as contribuições de Koselleck e Turin foram fundamentais para compreender a análise linguística pela qual o tempo histórico pode se revelar. Através do agregado de significados conceituais e a forma pela qual a própria história é categorizada, pode-se contribuir para elucidar as estruturas temporais dos agentes históricos.

No caso do Boletim dos Cientistas Atômicos, a análise do segundo tópico parece ter contribuído em duas frentes: por um lado, atestou-se o protagonismo do futuro enquanto dimensão temporal orientadora do discurso, sobretudo através da conceitualização das *mudanças* desse porvir em termos de "catástrofe", "risco", "incerto". Longe de uma suspensão do futuro, encontra-se a noção de um desenlace trágico dos eventos anunciados. Sendo assim, o presentismo (nº 2) não parece ser adequado para a compreensão da experiência do tempo contida nas declarações do Relógio do Juízo Final. Por outro lado, nota-se que a própria tentativa de pensar uma hegemonia da ordem do tempo do Boletim parece ser dificultada, tendo em vista que dentro da mesma "esfera de discussão" – sobre a questão climática e nuclear – há uma disputa entre agentes para que suas concepções de tempo sejam consideradas. O Boletim existe justamente para combater certas concepções de tempo em que a catástrofe futura é negligenciada. Portanto, pensar o tempo através de um regime de historicidade talvez não nos permita apreender as disputas entre diferentes concepções de tempo e da história.

Novamente, afirmar a temporalidade do Boletim não significa negar um “presentismo” em distintos âmbitos sociais. Como demonstrou Hartog, existem esferas da sociedade que experienciam o tempo na forma de um presente onipotente. Contudo, acredito que justamente é necessário se afastar um pouco dessa lógica de “ordem” e “regime” para se atentar às nuances da temporalidade histórica.

Portanto, o presente artigo almejou pluralizar as possibilidades de se pensar o tempo histórico a fim de contribuir para o enriquecimento das análises acerca da temporalidade histórica no campo da teoria da história. De forma sucinta, os resultados encontrados apontam para uma incompletude da noção de presentismo tanto como ordem do tempo dominante quanto como uma categoria temporal para a leitura do Boletim dos Cientistas Atômicos.

REFERÊNCIAS

About the Bulletin of the Atomic Scientists. *Bulletin of the Atomic Scientists*. Disponível em: < <https://thebulletin.org/about-us/> >. Último acesso em: 03/04/2021.

Closer than ever: It is 100 seconds to midnight. *Bulletin of the Atomic Scientists*. Chicago, janeiro de 2020. Disponível em: < <https://thebulletin.org/doomsday-clock/2020-doomsday-clock-statement/> >. Último acesso em: 02/11/2021.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2013.

_____. Tempo e Patrimônio. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36, Jul/Dez 2006.

It is 5 minutes to midnight. *Bulletin of the Atomic Scientists*. Chicago, janeiro de 2012. Disponível em: < <https://thebulletin.org/sites/default/files/2012%20Clock%20Statement.pdf> >. Último acesso em: 02/11/2021.

It is 5 minutes. *Bulletin of the Atomic Scientists*. Chicago, janeiro de 2007. Disponível em: < <https://thebulletin.org/sites/default/files/2007%20Clock%20Statement.pdf> >. Último acesso em: 02/11/2020.

It is two minutes and half to midnight. *Bulletin of the Atomic Scientists*. Chicago, janeiro de 2017, p. 9. Disponível em: < <https://thebulletin.org/sites/default/files/Final%202017%20Clock%20Statement.pdf> >. Último acesso em: 02/11/2021.

JONAS, Hans. *O princípio da responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed PUC-Rio, 2006.

JORDHEIM, Helge. Return to Chronology. In: OLIVER, Laurent; TAMM, Marek (org.). *Rethinking Historical Time: New Approaches to Presentism*. Londres: Bloomsbury Academic, 2019, p. 43-56.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo: estudos sobre história*. Trad. Markus Hediger; Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

_____. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora/PUC-Rio, 2006.

_____. *História de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

LORENZ, Chris. Out of Time? Some critical reflections on François Hartog's presentism Breaking up Time. In: OLIVER, Laurent; TAMM, Marek (org.). *Op. Cit.*, p. 23-42.

LORENZ, Chris; BEVERNAGE, Berber (Orgs.). *Breaking up Time: Negotiating the borders between present, past and future*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2013.

OLIVER, Laurent; TAMM, Marek. Introduction: Rethinking Historical Time. In: OLIVER, Laurent; TAMM, Marek (Orgs.). *Op. Cit.*, 2019, p. 1-22.

RABINOWITCH, Eugene. *Bulletin of the Atomic Scientists*. Chicago, janeiro de 1969. Disponível em: < <https://thebulletin.org/sites/default/files/1969%20Clock%20Statement%201.pdf> >. Último acesso em: 02/11/2021.

_____. History's Challenge to Scientists. *Bulletin of the Atomic Scientists*, Chicago, 1953, Vol. 12, p. 238-240.

_____. The Narrowing Way. *Bulletin of the Atomic Scientists*. Chicago, janeiro de 1953. Disponível em:< <https://thebulletin.org/sites/default/files/1953%20Clock%20Statement%201.pdf>>. Último acesso: 02/11/2021.

TURIN, Rodrigo. As (des)classificações do tempo: linguagens teóricas, historiografia e normatividade. *Topoi*, Rio de Janeiro, RJ, v. 17, n. 33, jul/dez., 2016, p. 586-601.

_____. *Tempos Precários: aceleração, historicidade e semântica neoliberal*. Zazie Edições: pequena biblioteca de ensaios (online), 2019. Disponível em:< <https://zazie.com.br/produto/rodrigo-turin/>>.

VUORI, Juha A. A timely prophet? The Doomsday Clock as a visualization of securization moves with a global referent object. *Security Dialogue*, jun. V. 41, 2010, p. 255-277.

YUE, Lorene. Dear UK Prime Minister Boris Johnson, a slight correction. *Bulletin of the Atomic Scientists*. Chicago, 3 de novembro de 2021. Disponível em: < <https://thebulletin.org/2021/11/dear-uk-prime-minister-boris-johnson-a-slight-correction/> >. Último acesso: 29/11/2021.